

BOLETIM COOPERATIVISTA DA OCPLP

N.º 01

fevereiro
2021

EDITORIAL

O Boletim Cooperativista

A Assembleia Geral da OCPLP, realizada no passado dia 27 de novembro de 2020, decidiu criar o Boletim Cooperativista, publicação periódica em formato digital, destinada a promover a divulgação e promoção do cooperativismo nos países de língua oficial portuguesa.

É a retomada de um projeto com tradição, anos atrás descontinuado, adotando o modelo de *newsletter* digital em linha com os meios e as necessidades do nosso tempo. Auguramos que todas as organizações membros da OCPLP se mobilizem para disponibilizar informação relevante, assumindo a distribuição do Boletim pelos seus meios próprios.

Estamos certos de que o Boletim Cooperativista será um instrumento importante para, através da partilha de informação, promover a afirmação da OCPLP, nos planos institucional e operacional, no universo cooperativista em cada um dos países de língua oficial portuguesa e a nível internacional.

27 de janeiro de 2021

Eduardo Graça
Presidente da Direção da OCPLP

O BOLETIM COOPERATIVISTA DE ANTÓNIO SÉRGIO

Trata-se de um feliz acaso, o lançamento em fevereiro de 2021, do Boletim Cooperativista da OCPLP, trazendo à memória a publicação realizada em fevereiro de 1951 da edição n.º 1 do Boletim Cooperativista, da autoria de [António Sérgio](#), figura maior da filosofia, política e educação portuguesas, cujos profundos conhecimentos e visão influenciaram indubitavelmente o atual modelo cooperativo nacional, e que viu refletida essa sua importância no nome escolhido para a CASES: Cooperativa António Sérgio para a Economia Social.

Anseia-se que, através de uma salutar cooperação de todos os membros da OCPLP, possa também o seu Boletim Cooperativista ser instrumento consistente de desenvolvimento e afirmação do modelo cooperativo em todos os países reunidos nesta organização.

Recorde o primeiro Boletim Cooperativista de António Sérgio [aqui](#).



3.º ENCONTRO COOPERATIVO DA OCPLP

As Mulheres Cooperativistas nos Países de Língua Portuguesa – Celebração do Dia Internacional da Mulher 2021

Determinada em incentivar um espaço de encontro que promova a divulgação e partilha de informação relevante para o desenvolvimento das atividades cooperativas, vai a OCPLP realizar o seu 3.º Encontro Cooperativo, agora subordinado ao tema “As mulheres cooperativistas nos países de língua portuguesa – celebração do dia internacional da mulher 2021”.

O mencionado encontro realizar-se-á através da plataforma digital ZOOM, no próximo dia 19 de fevereiro de 2021, com início às 12h00 (hora portuguesa) e duração prevista de 90 minutos.



Aceda ao Programa [aqui](#).

Aceda ao 3.º Encontro Cooperativo [aqui](#).

DIA INTERNACIONAL DA MULHER COOPERATIVISMO E IGUALDADE DE GÉNERO

Celebrando-se proximamente o Dia Internacional da Mulher (dia 8 de março), nunca será demais divulgar importantes contributos para que a igualdade de género se torne numa realidade transversal plena, e denominador comum de todas as sociedades, em todas as suas formas de organização. Por tal, nunca será igualmente excessivo reforçar o papel que o cooperativismo deverá assumir, cada vez mais, na imperativa necessidade de mudança de mentalidades para a qual, todos e cada um terão um papel relevante, sendo que o artigo que abaixo se divulga, das Professoras Deolinda Meira e Ana Luísa Martinho, um magnífico exemplo dessa mesma contribuição.

A NECESSÁRIA CONVERGÊNCIA ENTRE COOPERATIVAS E IGUALDADE DE GÉNERO

Deolinda Meira

Professora do Politécnico do Porto/ISCAP/CIRIEC Portugal
Diretora do Mestrado em Gestão
e Regime Jurídico-Empresarial da Economia Social

Ana Luísa Martinho

Professora do Politécnico do Porto
/ISCAP/Associação A3S

A promoção da igualdade de género faz parte da história do movimento cooperativo internacional. A “Rochdale Society of Equitable Pioneers”, de 1844, considerada a pioneira das cooperativas de consumo, contemplava, nos seus estatutos, entre outros, o princípio da igualdade de admissão de homens e mulheres, e o da participação na atividade da cooperativa. A nível nacional, a primeira lei cooperativa, conhecida por Lei Basilar do Cooperativismo, de 2 de julho de 1867, mais de um século antes do sufrágio universal em Portugal, reconhecia já o direito de voto às mulheres.

Do conceito de identidade cooperativa, definido pela Aliança Cooperativa Internacional, resulta a afirmação de um ideal democrático de igualdade, que contraria o estabelecimento de discriminações em função do género. A igualdade implica que os direitos e deveres devem beneficiar e obrigar todos os cooperadores, sejam homens ou mulheres. A

governança democrática terá de ser representativa, pelo que se impõe um regime de representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização das cooperativas. Aos valores da democracia e da igualdade, juntam-se os da equidade e solidariedade, todos eles contrários a qualquer forma de discriminação.

As cooperativas apresentam-se, deste modo, como entidades especialmente sensíveis a questões relacionadas com práticas que promovam a igualdade de género, reprimindo atos discriminatórios. As instituições internacionais têm vindo a reconhecer a capacidade de as cooperativas contribuírem para o empoderamento das mulheres, as quais têm vindo a descobrir, no modelo cooperativo, opções atrativas de participação, seja para alcançar as suas aspirações empresariais, seja como forma de aceder a produtos e serviços de que necessitam, seja como modo de participar numa empresa que baseia a sua filosofia em valores e princípios que proporcionam uma maior igualdade de oportunidades no que diz respeito ao acesso ao emprego ou mesmo ao acesso a cargos de administração e de fiscalização, comparativamente com outras entidades que operam no mercado.

Contudo, dados do setor cooperativo em Portugal revelam que a igualdade efetiva entre homens e mulheres ainda não está plenamente alcançada. Existe uma participação feminina superior à masculina, quer para o trabalho remunerado, quer para o trabalho não remunerado. Todavia, a participação nos órgãos sociais é inversa e até mais desequilibrada, com apenas cerca de 20% de feminização. Tudo isto, não obstante a legislação que enquadra as cooperativas em Portugal (com destaque para o Código Cooperativo) consagrar uma igualdade formal, quer no acesso à qualidade de membro, quer no acesso a titular dos órgãos de administração e de fiscalização. Torna-se, assim, necessário construir uma igualdade material ou fática que diminua a distância entre a igualdade formal, que resulta do mencionado enquadramento legislativo, e a igualdade real no acesso aos órgãos de administração e fiscalização das cooperativas.

Neste sentido, deverá discutir-se a necessidade de adoção pelas cooperativas, por via estatutária ou regulamentar, ou através da elaboração de planos para a igualdade, de medidas positivas, tais como as quotas de género, que acelerem a democracia paritária, assegurando uma representação equilibrada de homens e mulheres nos órgãos de administração e de fiscalização das cooperativas.

(in *A Economia Social numa visão plural*, Ed. CIRIEC Portugal, 2020)

* * *

NOTÍCIAS DOS MEMBROS OCPLP

CASES – COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL



Foi divulgado o relatório da Demografia do Setor Cooperativo relativa a 2020, através do qual a CASES procura contribuir para o aprofundamento e divulgação do conhecimento sobre o setor cooperativo em Portugal.

Este relatório baseou-se em informação prestada à CASES pelas Cooperativas de Portugal Continental, bem como informação proveniente do Portal de Justiça.

Em traços gerais, 2020 registou um saldo demográfico cooperativo positivo, tendo sido registado o segundo maior valor de cooperativas constituídas dos últimos

10 anos, sendo que mais de um terço das cooperativas criadas concentraram-se no ramo dos Serviços. O ramo Cultura foi o que mais contribuiu para o total de cooperativas extintas, mantendo-se a tendência de grande parte das cooperativas constituídas e extintas pertencerem aos distritos de Lisboa e Porto.

De salientar ainda que o saldo demográfico cooperativo verificado em 2020 é tanto mais relevante por acontecer num período que sofreu, na sociedade e na economia nacional, os efeitos devastadores da pandemia global por COVID19.

[Ver relatório completo.](#)

* * *

UNACA - CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE CAMPONESES E COOPERATIVAS AGRO-PECUÁRIAS DE ANGOLA

Fonte: Gabinete de Comunicação Institucional da UNACA.

Nas acções de trabalho desenvolvido pela UNACA em tempo de Pandemia assolando o mundo, deixando assim a economia de vários países decaída, encabeçada pelo Ex.^{mo} Presidente, realizou-se no pretérito dia 17/12/2020, um *Workshop* Provincial de Luanda subordinado ao tema “COOPERATIVISMO EM TEMPO DE PANDEMIA DA COVID-19”.

Falando à imprensa, o Presidente da UNACA, Albano da Silva Lussati garantiu que o certame visou potenciar os Líderes e Gestores Cooperativistas em termos de estratégias de atuação e de identificação de oportunidades de agronegócios que oferece este tempo da COVID). O Líder Nacional do Movimento Cooperativo anunciou que a Organização que dirige vai continuar a trabalhar para assegurar a participação significativa da Agricultura Familiar no PIB nacional.

Evitar escassez de alimentos nos próximos dias através do aumento da produção de Agricultura Familiar é o compromisso assumido pelos participantes ao evento. A actividade organizada pela UNACA contou com

a participação de mais de 40 Responsáveis, dentre eles os Cooperativistas, as Autoridades Provinciais, Municipais e Comunaes.

O *Workshop* estendeu-se até a Província do Bengo, na cidade sede em Caxito, onde estiveram presentes mais de 30 cooperadores e funcionários dos diferentes organismos.

No âmbito de parceria público-privado, foi assinado um memorando de entendimento entre Ministério da Economia e Planeamento e a UNACA no pretérito dia 22/01/2021, de forma que ambos desenvolveram sinergias, tendo como objecto o estabelecimento de bases para cooperação no domínio do cooperativismo empresarial, bem como propiciar o exercício das actividades de logística no sector agrícola as cooperativas que tenham sido beneficiadas com o apoio no processo de concessão de créditos sob supervisão do Ministério da Economia e Planeamento.

O Presente memorando visa também desenvolver actividades formativas, enquadradas em estratégias de desenvolvimento humano e económico sustentável, que permitam aos agricultores rurais afectos, produzirem eficientemente de forma diferenciada para o mercado nacional e internacional.





*à esquerda, S/ Ex.^a Secretário de Estado em exercício Dr. Mário Caetano João
*à direita, S/ Ex.^a Presidente da UNACA-Confederação Sr. Albano da Silva Lussati

ANGOLA E ÍNDIA QUEREM REFORÇAR TROCAS COMERCIAIS NA AGRICULTURA E INDÚSTRIA AGROALIMENTAR

CONFAGRI 19.jan.2021 - Fonte: visao.sapo.pt/Lusa

Angola e Índia manifestaram hoje interesse de reforçar as trocas comerciais, sobretudo nos domínios da agricultura, saúde e indústria agroalimentar, enquanto a balança comercial entre ambos registou um aumento de importações e exportações entre 2017 e 2019.

A decisão foi expressa durante a audiência que o ministro da Indústria e Comércio de Angola, Victor Fernandes, concedeu hoje, em Luanda, à embaixadora Índia em Angola, Pratibha Parkar.

Angola importa da Índia, fundamentalmente, produtos farmacêuticos, máquinas, aparelhos, materiais elétricos, veículos automóveis, maquinaria para o setor industrial, produtos químicos e exporta combustíveis e óleos minerais, sal, enxofre, cimento, entre outros.

Na reunião de hoje, a diplomata indiana manifestou interesse de ver reforçada a cooperação comercial nos domínios dos diamantes, petróleo, agricultura, tecnologias de informação, saúde e a indústria e segurança alimentar.

Segundo a embaixadora da Índia em Angola, as relações comerciais entre o seu país e Angola estão no bom ritmo e as trocas comerciais entre ambos já atingiram os 4,6 mil milhões de dólares (3,8 mil milhões de euros) em importações e 3 mil milhões de dólares (2,4 mil milhões de euros) em importação, “maioritariamente petróleo”.

“Mas, também, concordamos em poder diversificar as áreas de atuação”, disse em declarações aos jornalistas. “O objetivo desta reunião foi abordarmos as áreas que queremos reforçar, no quadro da cooperação bilateral, como na agricultura, saúde e farmácia, transformação de alimentos, tecnologia de informação e diamantes”, apontou Pratibha Parkar.

Por sua vez, o ministro da Indústria e Comércio angolano, Victor Fernandes, deu conta que Angola está num processo de alteração da sua estrutura económica e os investimentos diretos que podem surgir de países como a Índia são bem-vindos.

Um grupo técnico, que vai envolver empresários angolanos e indianos, será criado com o objetivo de se ter uma “maior abrangência possível” para encontrar áreas para trabalhar de forma prática para se atingir resultados.

“O objetivo é partilharmos uma lista concreta de oportunidades que poderão interessar aos empresários nacionais e indianos no sentido de relançarmos a nossa indústria transformadora e também a agricultura”, realçou.

A Índia “tem uma participação muito interessante já em Angola”, com industriais ligados, essencialmente, em materiais de construção, mas o objetivo é “alargar a base de trabalhos”, para que Angola “deixe de ser um país dependente de petróleo e isso só se faz com investimento nas áreas fora do petróleo”.

De acordo ainda com Victor Fernandes, a balança comercial entre Angola e a Índia “está mais desequilibrada para Angola, que exporta mais para a Índia do que aquilo que importa”.

“De qualquer maneira é ainda com muita incidência no setor dos petróleos e o que queremos é transformar isso e colocar isso no setor produtivo ligado à agricultura e à indústria transformadora”, frisou.

Angola e a Índia têm em vigor um acordo comercial, assinado em 04 de outubro de 1986, com renovação automática por períodos sucessivos de dois anos.

* * *

CIRIEC INTERNACIONAL



O CIRIEC Internacional (Centre International de Recherches et Informations de l'Économie Publique, Social et Cooperative / Centro Internacional de Pesquisa e Informação sobre Economia Pública, Social e Cooperativa), com sede em Liège (Bélgica) é uma organização que promove a investigação, formação e difusão de conhecimento nos domínios da economia pública, social e cooperativa. Tem secções em diversos países tais como Alemanha, Argentina, Áustria, Bélgica, Brasil, Canadá, Colômbia, Espanha, França, Japão, Portugal, Turquia e Venezuela, e constitui uma fonte privilegiada de informação que poderá ser consultada [aqui](#).

Divulga-se um dos seus estudos de caso publicados em 2020, o qual sublinha a importância das Cooperativas agrícolas no desenvolvimento agrícola de um país ("Agricultural production cooperatives and agricultural development: Is there a niche after all? Findings from an exploratory survey in China", de Axel WOLZ e Shemei ZHANG & Ya DING, [CIRIEC No. 2020/04](#)).

* * *

WEBINAR "ESTUDO IMPACTO DA COVID-19 NAS COOPERATIVAS DE SOLIDARIEDADE SOCIAL – UM ESTUDO INTERDISCIPLINAR"

Fonte: CONFECOOP

Decorreu no passado dia 20 de janeiro o Webinar "*Estudo impacto da COVID-19 nas Cooperativas de Solidariedade Social – Um estudo interdisciplinar*" que teve como base um estudo em desenvolvimento pela CONFECOOP em conjunto com o CIRIEC Portugal e com o ISCAP – Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. Assista ao Webinar [aqui](#).



* * *

REFERENCIAL DE FORMAÇÃO EM GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES

Reconhecendo-se uma necessidade global de formação em gestão de organizações por parte de dirigentes e técnicos de entidades da economia social, nas quais as cooperativas se inserem, divulga-se o referencial de formação em Gestão de Organizações da Economia Social da CASES, concebido a partir da sua experiência na atividade formativa dirigida ao setor, bem como a partir de diversos diagnósticos realizados e de contributos de vários/as especialistas nas diferentes temáticas abrangidas.

O referencial pode ser consultado [aqui](#).

COOPERATIVISMO E INOVAÇÃO

A inovação tem um papel preponderante na afirmação do cooperativismo como modelo empresarial de sucesso, enquanto instrumento para a superação e aperfeiçoamento organizacional.

Neste contexto, divulga-se artigo da OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras acerca deste tema, bem como o caso da Cooperativa portuguesa CAID que apostou em fazer diferente, obtendo excelentes resultados com impacto direto na vida dos seus cooperadores e da comunidade na qual está inserida.

SUA COOPERATIVA JÁ TEM UM AGENTE DE INOVAÇÃO?

Débora Brito

Organização Das Cooperativas Brasileiras

Criar ideias ou colocá-las em prática? Seja como um idealizador ou realizador, a descoberta do perfil de um agente inovador é decisiva no processo de construção de uma cultura de inovação dentro de uma empresa ou de uma cooperativa. Mais do que descobrir a vocação dos profissionais, é fundamental que eles recebam as ferramentas necessárias para efetivar a inovação no ambiente de trabalho, fazendo-a prosperar e gerar os resultados desejados.

Nos últimos quatro anos, tem crescido no Brasil um movimento de busca a capacitação de agentes para implementação de projetos ou áreas de inovação dentro das cooperativas brasileiras. O objetivo é não tocar mais o processo de inovação de forma intuitiva ou apenas com a participação de um time específico, mas envolver toda a cooperativa, principalmente os gestores, de forma mais profissional e sistêmica.

“O cooperativismo está se aproximando cada vez mais do ecossistema de inovação, investindo na capacitação, no uso de novas tecnologias e criando grupos de trabalho internos para desenvolver novos projetos”, explica Samara Araujo, coordenadora do Núcleo de Informações e Mercados da OCB.

Embora não exista um mapeamento preciso de quantas cooperativas já possuem núcleos de inovação, sabe-se que pelo menos 120 participaram do programa de Inovação para o Cooperativismo, desenvolvido pelo Instituto Superior de Administração e Economia (ISAE).

O programa, chamado ISAE Inova Brasil, surgiu em 2017 com o objetivo de fomentar a cultura de inovação no ambiente cooperativista, sensibilizando nossos líderes sobre a importância do assunto e formando agentes de inovação — profissionais encarregados de levar um novo olhar sobre produtos, processos e tecnologias para nossas cooperativas.

Desde então, formou turmas no Paraná, em São Paulo, Goiás e Mato Grosso do Sul. A versão nacional está programada para o primeiro semestre de 2021. Serão ofertadas turmas para agentes de inovação das Confederações e Federações cooperativas, bem como para instituições de atuação em âmbito nacional, como o Sistema OCB — parceira do ISAE nessa iniciativa.

“Estamos em cinco estados, mas nosso plano é atingir cooperativas do Brasil inteiro. Fazer com que elas se tornem ainda mais inovadoras. O cooperativismo já é inovador, mas agora é preciso fazer com que eles entendam que é necessário fazer uma governança para inovação, porque a inovação veio para ficar. Essa é uma temática que não deve acontecer de forma esporádica dentro da cooperativa”, declarou Thiago Martins, coordenador do programa da ISAE.

Ainda segundo Martins, um dos desafios centrais do programa é mostrar que inovar não é sinônimo de trabalhar com novas tecnologias. “Inovar é pensar diferente, não ter medo de errar”, resume. “Você pode ter tecnologia embarcada no negócio, mas, se não tiver pessoas com um modelo mental inovador, de nada vai adiantar.”

Mudança de mentalidade é o ponto de partida

Segundo Thiago Martins, das 120 cooperativas que já participaram do programa Inovação para o Cooperativismo, praticamente todas criaram áreas

específicas de inovação em suas sedes. Isso pode ser visto especialmente no Paraná — estado que formou as primeiras 14 turmas do programa. Foram mais de 500 agentes de inovação capacitados em 11 cidades. Tudo isso graças ao apoio da Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar), uma das primeiras organizações estaduais a aderir ao projeto.

Para o superintendente do Serviço de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) do Paraná, Leonardo Boesche, a formação desses agentes de inovação está fazendo toda a diferença no trabalho das cooperativas do estado. “Já vínhamos nos aproximando do tema há pelo menos 10 anos, porém em ações isoladas, que careciam de uma metodologia mais estruturada”, comenta.

Segundo Boesche, a primeira tentativa de fomento à inovação feita pela Ocepar foi a contratação, em 2008/2009, de um consultor especializado no assunto. “Também foi criado um Fórum de Inovação, e pensamos em fazer uma pós-graduação no assunto. Mas não adianta só ter ideia, precisa transformar em ação”, recorda.

Ainda segundo o superintendente, cooperativas do Paraná que receberam prêmios de inovação reestruturaram toda a sua forma de trabalhar o assunto internamente após o programa de formação dos agentes de inovação. O que vinha sendo feito antes não tinha muita fundamentação teórica ou metodologia.

“Não adianta avançar num processo de inovação se você não mexer na estrutura organizacional. A cooperativa precisa ter uma cultura voltada para a inovação. E como você mexe na cultura se não tem formação ou pessoas capacitadas para fazer isso?”, questiona Boesche.

Três anos após formar as primeiras turmas de agentes de inovação, a Ocepar contabiliza mais de 500 iniciativas de inovação incubadas e em processo de desenvolvimento nas cooperativas do estado. “Quando lançamos o programa, a gente imaginava

fazer duas ou três turmas, mas de imediato 70 cooperativas se inscreveram, e tivemos de fechar 14 turmas espalhadas pelo estado”, completa.

O superintendente destaca que o principal retorno obtido com esse investimento foi a organização do processo de inovação dentro do cooperativismo paranaense. “A principal coisa que salta aos olhos é a organização da cooperativa. Antes, a inovação estava solta; hoje você encontra até gerente de inovação. Também vemos as cooperativas fazendo seminários internos sobre o assunto, ou seja, multiplicando esse conhecimento para os demais colaboradores dentro de suas cooperativas”, ressalta.

Networking e novas parcerias

Filipe Vieira, gerente de desenvolvimento de inovação da Unimed-Maringá, é um dos agentes de inovação formados pelo programa. O profissional já tinha esse cargo antes do curso e se interessou pela capacitação para ampliar a rede de parceiros e conhecer novas experiências de inovação.

“Foi uma experiência única e interessante. Primeiro, por fomentar o contato com outros tipos de cooperativa, para além do segmento de saúde, como agronegócio e finanças. Aumentou o *networking*. Fora todo o conhecimento e a experiência que o próprio curso proporcionou”, relata.

Filipe participou do programa com outros quatro colaboradores da cooperativa. A capacitação deu tão certo que outros colegas já estão esperando a nova rodada do curso para participar. Vale destacar: após formar os primeiros agentes de inovação, a Unimed Maringá resgatou um escritório de projetos que estava desativado, criou uma área de inteligência competitiva e outra área de inovação voltada para empresas que querem inovar com a cooperativa.

“O programa nos ajudou a alavancar a inovação dentro da cooperativa. Fizemos novas parcerias; por exemplo, visitamos a Cocamar, cooperativa agrícola do Paraná, e trocamos experiências de inovação.

Então, ajudou no *networking*, a conhecer *startups*, clareou, abriu horizontes para evoluir dentro da organização”, destaca o gerente.

O programa também contribuiu para a sensibilização da alta direção da empresa e motivou a equipe a reestruturar um plano estratégico da cooperativa com foco na modernização das metodologias de trabalho.

“O nosso grande alvo, agora, é trabalhar a cultura de inovação dentro da empresa e realizar uma transformação digital da Unimed Maringá, desde mudança de processos, do *mindset* (modelo mental) da equipe, dando oportunidade aos talentos da organização, trazendo tecnologia e automação para processos para gerar mais valor para nossos clientes, cooperados e colaboradores”, afirmou Vieira.

Preparação para a pandemia

O Programa de Inovação para o Cooperativismo também ajudou as cooperativas do Paraná a se aproximarem das *startups* em busca de soluções para necessidades específicas e da comunidade, que passou a ser convidada a opinar sobre o lançamento de novos produtos ou serviços. “Isso é uma ideia inovadora. Além de lançar um produto com mais garantia, você valoriza a comunidade e ela passa a olhar para as cooperativas com outros olhos”, comenta.

Também cresceu a intercooperação entre cooperativas de áreas diferentes, como crédito e saúde – situação que não ocorria facilmente antes do programa. “Mesclamos as turmas de agro, saúde e crédito, porque, quanto mais variedade, mais ideias são produzidas. E isso foi transportado para o dia a dia das cooperativas. Hoje você vê cooperativas discutindo determinados projetos para desenvolver produtos em conjunto com outro setor.”

O programa também serviu para preparar as cooperativas para uma situação que ninguém ainda imaginava passar: a pandemia do coronavírus, que promoveu o isolamento social e acelerou processos de automação e modernização em diferentes áreas, inclusive o cooperativismo.

O superintendente comemora que antigas resistências à mudança e às questões tecnológicas foram rompidas, e a adaptação das cooperativas nos novos tempos foi muito rápida.

“O SESCOOP trabalha com muito papel e há um tempo propus a “despapelarização” do sistema. Ficamos dois anos discutindo com a equipe e não evoluímos absolutamente nada. Quando chegou a pandemia, tínhamos que dar um jeito de receber a documentação das prestações de contas das cooperativas, processar, registrar no nosso sistema e mandar para o financeiro para efetuar os pagamentos e a equipe “despapelizou” tudo em três dias, coisa que em dois anos não conseguimos fazer”, conta Boesche.

Outra mudança foi a realização de reuniões virtuais com as cooperativas e a economia com o uso de veículos ou até passagens aéreas. “Já não pensamos mais em fazer viagens. Estamos economizando em viagens, no que nunca pensamos em economizar. Então, é uma transformação impressionante que estamos sofrendo neste momento. Isso fez com que as cooperativas se reinventassem em um curto espaço de tempo também.”

Além disso, nesse processo de reinvenção, algumas cooperativas do estado conseguiram de uma hora para a outra implementar suas vendas de forma totalmente virtual e bater recorde nos negócios.

Para incentivar ainda mais esse ecossistema de inovação, o SESCOOP-Paraná já está estudando possibilidade de fazer o segundo ciclo de formação no modo virtual, a partir de agosto. “O importante é que aprendemos muito nesse período, ainda estamos aprendendo e fazendo uma transformação que vai ser importantíssima, inclusive para a sustentabilidade do planeta”, comenta Boesche.

Um grande despertar

Outro grupo que buscou os benefícios do programa de inovação foi a Organização das Cooperativas de São Paulo (Ocesp). Depois de ter promovido várias

missões internacionais bem-sucedidas ao Vale do Silício (Estados Unidos) — principalmente com cooperativas da área de saúde —, a Ocesp decidiu investir na área de educação.

Em parceria com o ISAE, a organização estadual abriu uma turma e atraiu 40 participantes de 20 cooperativas. Além disso, já está prevista a realização de mais duas turmas, que poderão ser efetivadas somente a partir de agosto, devido à pandemia do coronavírus.

“O programa é muito interessante, traz bastante conhecimento. Mas, para mim, o ponto X não é só o conteúdo, mas a aplicação e a multiplicação dessas informações. Já vi alguns exemplos no Paraná e tenho grande expectativa de que, aqui em São Paulo, também aconteça essa intercooperação entre as cooperativas, para que elas pensem em conjunto e façam planos de ação que vão contribuir para o negócio”, afirma Flávio Bersani, superintendente da Ocesp.

Bersani ressalta que o programa pode ajudar a diminuir as desigualdades entre as cooperativas no que diz respeito ao desenvolvimento da inovação nos processos internos. Em São Paulo, existem mais de mil cooperativas, e muitas ainda não estão alinhadas ao conceito de inovação ou em como implantá-lo na prática.

“Acho que esse tema ainda está muito incipiente em algumas cooperativas, dependendo muito do ramo. Se olharmos para o ramo do crédito, por exemplo, tem a Credicitrus, que é uma das maiores da América Latina e tem um escritório no Vale do Silício. Por outro lado, temos cooperativas que ainda não entendem o que é inovação”, lamenta.

A realidade também é desigual no ramo da saúde, onde existem cooperativas em processos avançados de cooperação com *startups* e aceleradoras, como a Federação das Unimeds, ao passo que outras organizações ainda estão engatinhando nesse processo.

“Temos realidades muito diferentes, e o programa veio para ajudar os agentes a entender o que é inovação. Precisamos mudar esse *mindset* e fazer com que as pessoas queiram fazer acontecer, testando, errando e começando de novo. Tem uma máxima da inovação que diz: se você ficar esperando o projeto ficar pronto para lançar, você já perdeu o *timing*. Precisamos fazer as cooperativas pensarem assim”, completou Bersani.

Em função do período de isolamento social, a primeira turma de São Paulo ainda não chegou à fase final. Além das iniciativas de capacitação, o superintendente comenta que o ambiente de inovação no Brasil ainda precisa de mais incentivo, principalmente no contexto atual, em que a transformação ocorreu de forma muito rápida.

“Todo mundo vai ter de pensar no novo normal. A pandemia fez com que muitos negócios saíssem da situação de conforto. Para as cooperativas foi um grande despertar. Elas começaram a pensar diferente e buscar alternativas, pois antes estavam numa situação cômoda. O tempo de reação foi muito curto, então tem que fazer e acontecer. Embora seja um momento muito ruim para o país como um todo, mas nesse ponto foi positivo”, conclui.

Cooperativas agregam valor para a sociedade

O coordenador do programa Inovação para o Cooperativismo, Thiago Martins, reforça que realmente ainda há diferentes níveis de maturidade em inovação entre as cooperativas, mas pondera que a evolução na percepção do assunto é “fantástica” depois do acesso dos times das cooperativas ao conjunto de soluções oferecido no curso.

“A intenção é fazer com que todas as pessoas envolvidas com a cooperativa entendam o que realmente é inovação, como transformar a inovação em soluções de problemas e que essas soluções nos tragam resultados”, afirma Martins.

Martins também alerta sobre a necessidade de avançar no mapeamento dos impactos do avanço da inovação no cooperativismo. Em sua opinião, a pandemia tornou os agentes de inovação mais ágeis diante de uma necessidade real de lidar com uma nova realidade e com as novas tecnologias.

“Criatividade é fundamental, mas ainda precisamos ter bases científicas e a comprovação de que há resultados por meio desse processo. Os resultados gerados pelas cooperativas agregam demais para a sociedade. Se fizermos um mapeamento da cadeia toda, a representatividade do cooperativismo é fundamental na sociedade. Então deveria ter um interesse maior do poder público para incentivar isso”, avalia.

Adaptação às demandas locais

Mesmo nas regiões ainda não alcançadas pelo programa de formação de agentes de inovação, existem experiências que têm transformado a realidade da comunidade local. É o caso da Cooperativa de Profissionais em Educação (Cooped), sediada no município de Jarú, no interior de Rondônia.

Em março deste ano, logo no início da crise do coronavírus, a cooperativa começou o ensino a distância para compensar a ausência das aulas presenciais e para consolidar a relação que já vinha mantendo com os alunos e suas famílias. Algumas ferramentas de comunicação virtual já eram amplamente utilizadas antes da pandemia e, logo que começou a crise, os professores passaram por um curso rápido de capacitação sobre videoaulas oferecido pelo Sistema Positivo de Ensino.

“Tivemos de nos reinventar da noite para o dia, senão perderíamos alunos e a cooperativa entraria em colapso. Os professores se atualizaram muito rápido e colocaram imediatamente em prática o que vinham aprendendo sobre as novas tecnologias”, relata o professor e presidente da cooperativa, Fabrício Pacheco.

Apesar da situação de crise, a cooperativa conseguiu reter as famílias nos 90 dias iniciais da pandemia e ainda ganhou cinco novos alunos.

“Como nos reinventamos e estreitamos a relação com os pais dos nossos alunos, eles entenderam que a escola saiu só do físico, mas continuou no virtual. Essa aproximação foi de suma importância para que mantivéssemos as portas abertas”, comemora Pacheco.

Diariamente, a cooperativa envia *feedbacks* sobre as atividades das crianças por meio de fotos, videochamadas com os pais e as crianças. Alguns pais reclamam que estão sobrecarregados, mas a grande maioria elogia e agradece o empenho dos professores.

Fabrício Pacheco destaca que o momento atual rendeu lições positivas à cooperativa e à comunidade. No entanto — assim como todos nós —, espera que essa pandemia passe o mais rápido possível.

“Chego na escola e só ouço o cantar dos passarinhos, não tem barulho das crianças e isso é muito angustiante. Eu sou professor há 22 anos e nunca imaginei em toda a minha carreira educacional que iríamos passar por isso. Mas, acredito que pra tudo temos uma lição. Neste momento de tristeza e angústia, tem o lado positivo, porque os pais veem as dificuldades e novas habilidades dos professores. E as crianças, que estão há 90 dias em casa, passaram a dar mais valor à escola”, comenta o professor.

Fundada em 2004, a Cooped conta com 18 cooperados, além dos colaboradores. A instituição atende 256 crianças, do pré-escolar ao ensino médio, todas moradoras de Jarú ou de distritos e fazendas dos arredores do município.

* * *

**CAID – COOPERATIVA DE APOIO
À INTEGRAÇÃO DO DEFICIENTE:
– BOLSA DE SERVIÇOS DA CAID
– JARDIN’ART**



A CAID – Cooperativa de Apoio à Integração do Deficiente, foi criada em 1998, em Portugal, por iniciativa da Câmara Municipal de Santo Tirso (CMST) e de um conjunto de entidades e empresários do concelho de Santo Tirso, dos quais se destacam a ACIST – Associação Comercial e Industrial de Santo Tirso, a Sol-do-Ave – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Ave e a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso. Tem como principal missão promover a inclusão social, profissional e ocupacional de pessoas com deficiência e incapacidade, através de atividades de reabilitação, ocupação, educação e formação socioprofissional, que visem a melhoria da qualidade de vida e satisfação pessoal e familiar.

Esta cooperativa desenvolveu o projeto Bolsa de Serviços CAID com a pretensão de diminuir a dificuldade de inclusão profissional de pessoas com deficiência. A solução encontrada passou pela criação de uma Bolsa de Serviços na qual pessoas com deficiência prestam serviços de *catering*, artesanato e jardinagem a entidades externas e privados. O serviço de jardinagem (JARDIN’ART) inclui serviços de criação de espaços ajardinados; recuperação e manutenção de jardins; decoração de floreiras; aluguer e venda de plantas; arranjos florais para congressos e outros eventos; aconselhamento técnico; desmatação e limpeza de terrenos; produção de hortícolas para consumo interno na CAID e eventual venda se a produção for excedente.

Ao longo dos 12 meses de projeto, 13 jovens adultos com deficiência puderam usufruir de uma experiência

laboral em contexto real. O número foi superior ao inicialmente previsto pois as inclusões profissionais registadas – duas integrações numa entidade externa e parceira deste projeto, a Câmara Municipal de Santo Tirso – excederam as expectativas iniciais. Por outro lado, mais jovens da instituição demonstraram interesse em envolver-se neste projeto.

Reconhecido o mérito deste projeto, foi-lhe atribuída, pela CASES, menção honrosa do Prémio Cooperação e Solidariedade António Sérgio 2020.

* * *

AÇÃO CLIMÁTICA E COOPERATIVISMO

Perante a urgência de mudança, as cooperativas de todo o mundo e de todos os sectores assumem um poder coletivo que poderá ter um significativo impacto global, intensificando e multiplicando as suas ações de combate às alterações climáticas, por um planeta melhor e prosperidade para todos.



Veja [aqui](#) o vídeo inspirador da Organização Internacional do Trabalho (OIT Internacional).

* * *

MEMBROS DA OCPLP QUEM SOMOS?



A Cooperativa Social e Agro-Florestal de Vila Nova do Ceira C.R.L., foi constituída por escrito particular de 20 de Abril de 1968, sendo os estatutos aprovados por alvará de 22 de Maio de 1969, da Secretaria de Estado da Agricultura.

É uma cooperativa multisectorial, desenvolvendo atividade em diferentes ramos (social, florestal, agrícola, compra e venda e serviços) e encontra-se localizada na freguesia de Vila Nova do Ceira, concelho de Góis, distrito de Coimbra. Inserida numa zona de montanha, em que a floresta tem grande peso económico, detém uma área significativa de povoamentos florestais em exploração.

É também produtora e embaladora de azeite e mel, com apiários próprios detendo a marca própria de mel “Mel Casa da Costeira”, que nos últimos anos tem conquistado diversos prémios e medalhas nos concursos da Feira Nacional de Agricultura, nomeadamente, Mel do Ano 2018, Mel de Urze Prata 2017 e Medalha Ouro 2015.



A OCPLP – Organização Cooperativista dos Países de Língua Portuguesa – começou a funcionar em 1991, tendo a sua formalização jurídica ocorrido a 11 de Julho de 1997, no Centro Cultural de Belém, em Lisboa. É uma associação internacional de direito português que tem como objetivos fundamentais a difusão do cooperativismo e a intercooperação entre as cooperativas lusófonas, mantendo um contacto estreito e permanente entre os movimentos cooperativos e autoridades dos Países de Língua Portuguesa.